

A Utopia da Percepção: cultura e danos como o projeto de redução no mundo contemporâneo

Utopia as Perception: the reduction of culture in the contemporary world

Rubens de Camargo Ferreira Adorno¹

Resumo

Tomando como ponto de partida a etimologia do termo cultura realiza-se uma rápida exposição da noção de cultura na antropologia, do etnocentrismo a diversidade, da cultura como signo humano, subjetividades e os usos de drogas como cultura constrangidos pela intensidade dos processos de mercado e pela ideologia neoliberal.

Palavras-chave: Cultura; Uso de drogas; Subjetividades.

Abstract

Taking as a starting point the etymology of the term culture, and a quick exposure of the notion of culture in anthropology, from ethnocentrism to diversity, culture as a human sign, subjectivities and the use of drugs as culture constrained by the intensity of market processes and neoliberal ideology.

Keywords: Cultura; Use of drugs; Subjectivities.

Introdução

A escrita deste texto trouxe uma série de dilemas por envolver uma relação tão ampla entre o termo “Redução de Danos” e todo o campo de significado que pode ser abrangido pela noção de “cultura”. O grande desafio que se colocava ao lado e ao largo é também uma certa insatisfação contemporânea em relação ao tratamento que vem sendo dado ao campo de reflexão da ciência, das instituições, da vida social e das palavras. Para além de uma generalidade e de um aviltamento da reflexão em torno de textos e palavras ditas, continuamos a acreditar que as palavras devem fazer sentido e que se tornam também um terreno de navegação difícil, pois estão cada vez mais atravessadas por um campo político,

dentro de um mundo que alarga e escancara cada vez mais as diferenças: a alta concentração de renda, com conseqüente aumento da pobreza, e a defesa cínica e aberta de tudo aquilo que se julgava indefensável.

Tempo de declínio das reflexões e da “cultura”, do predomínio das, assim chamadas redes “sociais” e que, ao se apropriarem do termo “social” se propiciam, por um lado de uma rápida e intensa conectividade positiva, inclusive para o debate, e por outro, reduzem o sentido da palavra “social” da reflexão sobre os modos de vida, os marcadores de diferença e o estado das pessoas em sociedade. Essa denominação redes sociais passou a designar o circuito das relações pessoais, supondo uma homogeneidade entre todos os seres, até que se tornem por algum motivo uma “celebridade”. Tempo de refletir até que ponto a cada vez maior aceleração desse mundo e da

¹ Rubens Adorno (rubens.adorno@gmail.com) é antropólogo com Especialização, Mestrado e Doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, Professor Aposentado da Universidade de São Paulo, atualmente participa dos Programas de Pós Graduação em Sustentabilidade e Saúde Global e Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da mesma universidade.

disputa nessas “redes” não traz um desbalanço para a própria rotação e devir do mundo.

Além dessas questões, me pus a pensar quem seria de fato o leitor /interlocutor de uma publicação sobre a Redução de Danos. Os próprios praticantes da redução, movimentos sociais, profissionais assalariados do setor Saúde? Isso fez com que fizesse e refizesse os temas e o encadeamento do texto. Também tomei a decisão de não me estender demais nas trilhas, indagações e possíveis desdobramentos do assunto, buscando uma abordagem se não genérica, pelo menos mais geral sobre esses temas amplos. Nesse sentido, também me justifico desde já pela ausência de muitas citações que poderiam ser referidas em um trabalho mais extenso e exaustivo.

Por fim, fiquei a pensar no sentido da Redução de Danos; trata-se de algo que vem sem dúvida com a intenção e o gesto de aproximar pessoas, possibilitar espaços de liberdade e autonomia para grupos colocados na invisibilidade, discriminados e, certamente, no patamar do que o filósofo Agamben retoma como o “*homo sacer*”^{1,11}: a vida nua, aqueles que podem deixar de viver. Quem sabe nós todos, numa altura desse mundo, se não for detida toda essa onda que alia pensamentos de extrema direita e liberalização dos mercados e fluxos intensos de capitais, não nos tornaremos todos “*homo sacer*”. Mas, voltando ao fio do assunto, a Redução de Danos trata-se de uma “rede” que envolve militâncias, saberes, culturas, ações e luta por espaços das políticas amplas abrangidas pelo amplo campo contemporâneo, que envolve a Saúde e que aqui estou alargando seu significando como a defesa do direito das pessoas a decidir e ter apoios, quando necessários, sobre a gestão de seus corpos e de suas vidas. Um campo que envolve subjetividades e, portanto, culturas.

¹¹ *Homo sacer* era uma expressão jurídica usada na antiguidade clássica para se referir àqueles que poderiam morrer.

Pois, apenas para iniciar, provooco que uma das possibilidades de incorporar o termo das culturas talvez seja uma forma de encontrar linhas de fuga para manter a diversidade do mundo e, nesse sentido, aumentar as chances de voz e os espaços para as infinitas opressões presentes hoje, no mundo.

O termo “cultura”, talvez em um sentido diferente do que apontamos para o termo “social”, vem há longo tempo também sofrendo um intenso desgaste em seu significado, não só pela extensão e generalidade de seu uso, mas pelo esvaziamento do debate em torno dos seus significados que ficam reduzidos, a mais das vezes, a ícones preconizados, pré-definidos e pré-estabelecidos. Ícones que, por trazer já sua definição, correm o risco de estimular verdades essencialistas e crenças fundamentalistas como sinônimos de “cultura”. Esse desgaste promovido pela promoção de um novo conservadorismo aliado ao mercado e a “saúde” do capital financeiro, também opera em relação às chamadas “Ciências Humanas” ou humanidades. Entretanto, em determinados circuitos acadêmicos e em algumas áreas e movimentos sociais, assistimos a um intenso debate que sustenta a reserva crítica necessária à sobrevivência de ideais de autonomia e reflexão.

Discorrer um pouco mais sobre uma narrativa a respeito das culturas(s) e da compreensão do conceito de “homem”, como diversidade, torna-se nesse tempo uma Redução de Danos à falta completa da percepção. Seja pela generalidade e apropriação desses termos (cultura e sociedade) considerados não técnicos e, por isso, passíveis de serem interpretados sem restrições ao fazerem parte daquilo que todos sabem e todos podem opinar.

Cultura, do que queremos falar?

Para começar a falar de cultura, talvez um bom argumento seja seguir a origem etimológica do termo. Nesse sentido, Terry Eagleton² inicia sua narrativa sobre a “ideia de cultura”, a partir da etimologia da própria palavra que é em si reveladora e própria a iniciar uma reflexão. Cita ele ser a palavra “cultura” um dos termos mais complexos da língua, termo que estaria ligado em sua origem ao cultivo e ao que se depreende um par de oposição: cultura se opõe a “natureza” e tem como sentido original a palavra “lavoura” ou “cultivo agrícola”. O autor na citação do rodapé, então especifica a palavra latina “*culter*” que designaria a relha do arado² (p.9), significado que a partida propicia em uma chave de interpretações bastante interessantes e, portanto, tão vinculada à própria ideia de uma história da espécie humana.

A seguir, o próprio autor completa:

“Se cultura originalmente significa lavoura, cultivo agrícola, ela sugere tanto regulação como crescimento espontâneo. O cultural é o que podemos mudar, mas o material a ser alterado tem sua própria existência autônoma.... Regras, como culturas, não são nem puramente aleatórias nem rigidamente determinadas – o que quer dizer que ambas envolvem a ideia de liberdade A ideia de cultura, então, significa uma dupla recusa: do determinismo orgânico, por um lado e da autonomia do espírito, por outro ...”² (p.13-14).

Esse bom começo da definição de cultura evoca a sua ligação de origem com um sentido de autonomia, mudança e liberdade; além disso também situa um movimento de síntese e não de oposição entre cultura e natureza, como muitas vezes foi entendido e interpretado.

A abordagem de Terry Eagleton² se relaciona com o campo dos chamados “Estudos

Culturais”, que se desenvolveram a partir da reflexão sobre as artes, a literatura e a cultura de massas do século XX.

Destacaria também Terry Eagleton² que, uma das transformações sofridas no uso do termo, aproximou o sentido de “cultivar” com o de “colonizar”, estabelecendo assim também um campo de assimetrias e diferenças, o que implica em pensar o desdobramento desse termo no campo das Ciências Humanas e Sociais, em que o lugar privilegiado e praticamente central a respeito da dimensão e significado da cultura esteve ligado à História e ao domínio da Antropologia enquanto disciplinas. Ao situar-se como uma disciplina disposta a refletir e compreender o limite e extensão da noção de homem ou de humanidade, se enredou nessa oposição/síntese/complementaridade da noção de natureza/cultura. Nesse lugar, o significado do termo “cultura”, se confundiu com o próprio campo de estudo do homem e sua posição na vida da terra.

Homem e cultura como diversidade

Se a Antropologia, como disciplina, foi se constituindo como um projeto de conhecimento do “outro”, dos povos então não europeus, questão que nasceu dentro do colonialismo, que posicionava no centro da ordem das coisas o homem “branco e ocidental”, tendo como referência o homem burguês do continente europeu, e partiu de uma ideia de hierarquizar os outros, homens não brancos e não europeus que habitavam as regiões do mundo “conquistadas”; esses eram sempre classificados como desprovidos de humanidade/cultura, ou providos de uma cultura mais rudimentar do que a do conquistador, dando base a uma mentalidade histórica que vai apoiar o que chamamos de “etnocentrismo”. Essa noção se viu enredada em suas próprias tramas, quando na Geografia e História e fundamentalmente com a experiência dos

trabalhos etnográficos que foram problematizando o próprio conceito etnocêntrico de cultura. Desde então, um grande desafio da Antropologia tem sido o de identificar e estender os limites do humano, encontrando sua síntese em diferentes modos de vida e de cultura como parte de um mesmo mundo/natureza, construindo a evidência da ideia de homem, como uma espécie a ser caracterizada por sua diversidade, e a percepção que a história das sociedades e suas mudanças possibilitam ampliar o campo das diversidades entre os homens.

Necessário frisar que esse processo, que não foi um processo pacífico; se o confronto originou um entendimento da diversidade como inerente a cultura, o projeto expansionista europeu foi, talvez, um dos processos mais violentos da história. Michel Taussig³ descreve e interpreta como a dramaticidade do confronto foi também produtora da violência e do extermínio, reproduzindo, a partir de narrativas e relatos de colonizadores e viajantes, a inscrição da dominação e da morte do “outro”, como parte desse empreendimento.

Por outro lado, será a partir das culturas “nativas” que a modernidade pode, no plano cultural, possibilitar a partir das “culturas” do “outro”, das sensações, cheiros, aromas, paladares, plantas exóticas, desde a comida, aos cheiros, ritmos e sons e o alargamento dos dispositivos sensoriais e estéticos; um processo de reencantamento do mundo e certamente do campo da cultura.

Se essa trama se desenvolveu a partir de um originário projeto colonial de expansão das economias de mercado desde o século XV, podemos arriscar dizer que as fronteiras desse projeto/ação colonial, tomado como um projeto etnocêntrico e evolucionista, se mantém através de uma razão de força e de impositividade de forma latente e manifesta na contemporaneidade. Para além das fronteiras geográficas, continentais e territoriais,

essa ação pós-colonial se intensifica, no sentido de deslegitimar as diferenças e a diversidade sobre os outros que vivem nas fronteiras nacionais ou não das sociedades.

Tornou-se então imperativo para o debate e o conhecimento produzido no campo da Antropologia a crescente percepção da diversidade dos homens e de suas especificidades culturais que incorporam seus modos de vida, bem como o desafio de compreender e reconstruir os critérios internos que cada cultura utiliza para a sua autorreflexão⁴.

A percepção da existência de uma diversidade cultural trouxe duas implicações de caráter, digamos, teórico-político; a primeira, de instaurar a reflexão relativista ou a noção de relativismo cultural, que por si só incorria e incorre em levar a um profundo círculo vicioso de algo como “cada um para cada um”; e daí a segunda implicação, que era e que tem sido a de confrontar as diferenças com a hegemonia da cultura dita ocidental; ou seja, a compreensão de que existem diversos e muitos modos de vida e que posicionam os homens na vida contradiz construções fundamentadas em ordens originárias da força e do poder e, também, confronta a ideia de que isso ou aquilo seria algo natural ou próprio do homem; quer isso dizer: a que homem está-se “naturalmente” referindo?

Conforme então citam Gilberto Velho e Viveiros de Castro⁴:

“A Antropologia completou a “devoração” ocidental das diferenças, ao se propor como “tradutora” para o discurso científico da multiplicidade vivida de esquemas cognitivos e emocionais que os homens usaram para se pôr no mundo. Mas esse canibalismo evita um outro pior — a destruição cega, em nome dos benefícios da civilização ocidental, de tudo aquilo que é diferente. Assim, com a decadência do evolucionismo

ingênuo que a marcou em sua infância, a Antropologia inscreve-se definitivamente no movimento geral de autoquestionamento da civilização ocidental. O espelho do Outro assola a consciência do século XX. Os movimentos culturais fundamentais que iniciam esta época — o surrealismo, a lingüística, a psicanálise e o socialismo — estão marcados pela negação dos “centrismos” narcísicos que dominaram o Ocidente. E tais movimentos muito devem à Antropologia, como se pode observar” (p.6).

Apesar de todo esse movimento que ao olhar para a multiplicidade de modos de vida dos humanos e, inclusive, para o desvelamento de lógicas que passaram também a deconstruir noções de moralidade e da alma, como citam ao final os autores em relação ao Surrealismo, a Psicanálise e ao Socialismo, persiste como a visão restrita, fundamentalista e simplista uma noção de humano pretensamente calcada na unidade biológica, que inclusive parte de uma noção descontextualizada e individualizada da vida. Dizemos isso porque, partindo dos pressupostos das diversidades e dos distintos modos de estar no mundo, o conceito de “vida” também se requalifica como algo que só pode existir a partir de conjuntos diversos e complexos que relacionam homens aos lugares e ao mundo.

O reconhecimento da diversidade cultural implica, inclusive, na desmontagem do Modelo Evolucionista de homem e de cultura, quando mostra que há diferentes formas, modos, maneiras de se fazerem os homens.

Importante, considero, sublinhar que a evidência da diversidade cultural de onde se depreende que a ideia de “homem”, enquanto espécie, só pode ser tomada e reconhecida a partir da diferença; ou seja, falar de natureza humana pode ser tomado como um mito, pois na verdade só se

pode pensar nos homens na vida, a partir de múltiplas naturezas ou condições.

A diferença cultural tornou-se, portanto, um dado irredutível. Entretanto, notamos que, por inércia ou por repetição, o uso da expressão “natureza humana” ou a referência abstrata “os homens sempre foram assim ou assado”, para além do denominado senso comum, segue a aparecer inclusive como um jargão repetitivo em alguns produtos acadêmicos, notadamente os da área da “Saúde Pública/Coletiva” *latu sensu*.

E, como veremos na chamada área das drogas ditas ilegais, essa noção genérica e abstrata de homem ou natureza humana é que tem fundamentado as bases dos pregões proibicionistas e repressivos.

Por fim, há que se destacar, no desenrolar da discussão de cultura no campo da Antropologia e perante uma visão mais recente da interpretação das relações dos diferentes “homens” com os seus mundos/cultura, de que essa se apresenta como uma linguagem, um conjunto de significados incorporado aos movimentos, às agências e as sensibilidades dos corpos. Uma linguagem serve para interligação e comunicação; linguagens são compostas de signos e significados; assim também, os códigos, símbolos, significados compõem linguagens próprias da cultura que passam a ser incorporadas a determinados contextos. De acordo com Clifford Geertz⁵, que por sua vez se baseia em uma frase clássica de Max Weber, o homem é um animal que vive em uma teia de significados que ele mesmo construiu. Este entendimento leva a uma ruptura não apenas interpretativa, mas fundante da própria espécie: dá conta de que, para sobreviver, os homens, além de se alimentarem para restituir digamos as energias, necessitam de estar imersos em universos simbólicos, sejam eles apoiados em crenças, tradições,

representações, relações de proximidade e parentesco que tenham significados, etc. Entender a cultura como linguagem que perpassa e dá vitalidade e sentido aos corpos humanos significa compreender que, nos mais variados grupos, contextos da sociedade e em grupos e sociedades específicas, essas linguagens significam um compartilhamento e, ao mesmo tempo, operam como um sistema de interpretação do mundo e dos outros externos a esses grupos/contextos.

Compreender a cultura como uma linguagem, que interliga e faz parte da vida e sentido ao movimento dos corpos humanos, também problematiza uma noção prevalente na Biomedicina contemporânea: a de que a vida está limitada ao funcionamento, movimento e “instintos” do corpo como um organismo físico, inerte e isolado, a um sistema de órgãos que demandam e que reagem a estímulos exteriores e obstruções e ao funcionamento interno desse sistema. Os corpos, seus desejos, movimentos, sensações, afetividades têm seus sentidos na vida perpassados pela cultura, esse complexo e diverso e, no caso da contemporaneidade, cada vez mais incessante e intensa produção de conjunto de símbolos, imagens, crenças, gostos, paladares, consumos etc.. que passam e interligam os corpos humanos, dando sentido a vida cotidiana e aos diferentes modos de vida.

Da cultura como campo de significados e o olhar sócio-cultural no campo das drogas

Coube, no Brasil, a Edward MacRae⁶ iniciar as narrativas sobre um olhar cultural sobre as drogas e seus modos de uso. Essa percepção é contemporânea às primeiras ações de Redução de Danos, que surgem no contexto da epidemia do HIV/aids. Este autor, que descreve como determinados textos das Ciências Sociais tornaram-se importantes para iniciar esse debate e puderam

contribuir inclusive para ajudar a demonstrar teoricamente novas maneiras de olhar para drogas, usuários e cuidados.

Cita MacRae⁶:

“Howard Becker, um dos pioneiros do estudo das dimensões sociológicas da questão das drogas, chama atenção para a importância de um saber sobre as substâncias que se difunde entre seus usuários. Constatando que as idéias do usuário sobre a droga influenciam como ele as usa, interpreta e responde a seus efeitos, Becker argumenta que a natureza da experiência depende do grau de conhecimento que lhe é disponível. Já que a divulgação desse saber é função da organização social dos grupos onde as drogas são usadas, os efeitos do uso irão, portanto, se relacionar a mudanças na organização social e cultural” (p.2).

Uma referência clássica de Howard Becker é o seu didático e famoso artigo sobre o uso da cannabis e os músicos de jazz⁷. Um dos pontos altos desse trabalho é demonstrar que o uso de uma substância envolve um processo complexo de educação estética e sensorial e o de como um uso de substância potencializa o domínio de aprimoramento de estética e da sensibilidade no campo da música, em particular da carreira do jazz que ele etnografa.

Ainda, é MacRae que registra os trabalhos pioneiros que no Brasil iniciaram uma abordagem das Ciências Sociais, contribuindo para deslocar a reflexão sobre o campo de consumos de drogas/psicoativos ao domínio das subjetividades produzidas no contexto ainda do período da Ditadura Militar brasileira: cita que foi Gilberto Velho que introduziu os trabalhos de Howard Becker no Brasil e que também apresentou talvez a primeira tese em que etnografa o uso de drogas consideradas

ilegais entre as classes médias no Rio de Janeiro⁸. Refere ainda MacRae, a pesquisa da antropóloga Janirza Cavalcante da Rocha Lima que, inspirada pela tese e pela metodologia de Gilberto Velho, realizou possivelmente a primeira etnografia brasileira sobre usuários de drogas injetáveis, ao tratar do uso de Algafan^{IV,9}. Também o autor registra, como primeiros estudos nesse campo no Brasil, a pesquisa etnográfica de Fernandez, iniciada em 1988 e terminada em 1993, que constatou vários casos de uso de drogas injetáveis, a estigmatização que os cercava e a consequente dificuldade de acessá-los por parte dos serviços de saúde¹⁰.

Em relação à ação de Redução de Danos, no âmbito do uso de drogas injetáveis, podemos citar o trabalho de Cristiano Gregis, em Porto Alegre¹¹. O autor também vai registrar como o trabalho de Redução de Danos pode se constituir numa “competência cultural”, na formação de Enfermagem. Citando seu trabalho de campo desenvolvido no âmbito do Programa de Redução de Danos de Porto Alegre, entre 1998 e 2000, o autor afirma que, para além da troca de seringas, pode-se apreender maiores complexidades ante a questão das drogas¹².

As referências que citamos, reiteramos, dão conta, no caso do Brasil, do início da reflexão sobre o uso das chamadas drogas ilícitas a partir de uma abordagem sócio-cultural. A partir de então, desenvolve-se praticamente um campo de estudos e debates sobre o fenômeno das drogas, sociedade e cultura que não pretendemos aqui esgotar, mas que pode ser exemplificado, no Brasil, pelos diversos temas e níveis de abordagem presentes na coletânea: “Drogas e Cultura: Novas Perspectivas”¹³.

Um campo mais complexo, que envolve o tema dos usos e da Redução de Danos e o

surgimento de várias etnografias no Brasil e em outros contextos, surge a partir da visibilidade que o tema das drogas vai readquirir a partir da década de 90 do século XX, em vários países

Neoliberalismo, subjetividades e as cenas de uso público: cultura, mercado e territórios psicotrópicos

A “questão das drogas” ganha intensa visibilidade a partir de contextos urbanos do final do século XX. Trata-se de uma questão complexa, que envolve processos de intensificação da sociedade capitalista de mercado, a intensificação das mobilidades, transações comerciais e financeiras e o desenvolvimento de mercados paralelos/ilegais que acentuam os processos de concentração de renda e o empobrecimento de grandes parcelas de populações, processos políticos e suas consequências internacionais, nacionais e locais. Esses processos aumentam grandemente as pressões sobre grande parte da população que, além de sua sobrevivência, afetam a possibilidade de sua autonomia. Esses processos de aprofundamento das diferenças contrastam com a intensificação da oferta de consumo. O consumo e a oferta, ampliação e velocidade dos consumos, que representam também a intensidade, livre fluxo e liberdade de circulação e acumulação do dinheiro nas mãos dos cada vez mais ricos, talvez se torne a expressão mais visível dessa intensificação da economia capitalista; processo que vem sendo conhecido como o de uma investida “neoliberal” ou da hegemonia de uma teoria “neoliberal sobre a vida e a sociedade” e que terá consequências bastante devastadoras na destituição de modos de vida, sobrevivência das populações mais empobrecidas e limitadas ao acesso à vida e ao consumo.

Como cita David Harvey¹⁴, a respeito dos pressupostos da teoria neoliberal:

“ O neoliberalismo é , antes de tudo,

^{IV} Algafan é o nome comercial do medicamento analgésico do grupo de narcóticos.

uma teoria sobre práticas político econômicas que afirma que a melhor maneira de promover o bem-estar do ser humano consiste em não restringir o livre desenvolvimento de suas capacidades e liberdades empresariais do indivíduo dentro de um marco institucional caracterizado pela defesa forte dos direitos da propriedade privada, mercados livres e liberdade de comércio “ e continuando : “o processo de neoliberalização trouxe um processo de “destruição criativa” (sic) não só nos marcos dos poderes institucionais existentes (desafiando inclusive as formas tradicionais de soberania estatal) nas relações sociais, nas áreas de proteção social, nas combinações tecnológicas, nas formas de vida e pensamento, nas atividades de reprodução, nos vínculos com a terra e nos hábitos do coração...” (p. 6-7)^v.

Ou seja, a adoção e prática de uma doutrina/ideologia neoliberal veio significar uma nova investida colonial sobre a vida das pessoas e da sociedade e um efeito opressor e avassalador sobre a cultura como expressão da vida humana. Trata-se pois da imposição da ideia de instalação de um único modo de vida, que une a a ação empresarial de realizar negócios, acumular dinheiro e ter como garantia um Estado que deixa de prover proteção social e se torna um defensor forte das atividades privadas e, conseqüentemente, da repressão de outros modos de vida.

As conseqüências das transformações causadas pela intensificação do capitalismo contemporâneo, estimulado, justificado e orientado pela doutrina neoliberal vem sendo descrita, interpretada e denunciada através do que vem sendo chamado de “subjetividades”, que significa não apenas a interpretação da opressão desse movimento global sobre os sujeitos, localidades,

países, mas também as respostas constrangidas que os sujeitos procuram criar ante a essas situações. Através das subjetividades, se realiza o efeito das estruturas econômicossociais sobre as pessoas e também a expressão que elas possam ter como resistências e linhas de fuga às situações a que lhes são colocadas. Nesse sentido, as subjetividades devem ser entendidas muito mais como um conceito cultural/social do que como forma de expressão da vivência subjetiva como tradicionalmente conceituado¹⁵. A expressão de processos de constituição que envolvem a construção das subjetividades contemporâneas tem sido referidos também pelo conceito de “sofrimento social”.

Os chamados “territórios psicotrópicos” e a construção do uso de drogas como um “pânico moral” são epifenômenos desses processos de mudanças na economia capitalista e de seu projeto contemporâneo fortemente embasado e justificado pela ideologia neo-liberal^{vi}.

Os usos públicos/visíveis de drogas consideradas ilegais em espaços urbanos contemporâneos são fenômenos complexos que envolvem, além da produção dessas “subjetividades”, a existência e expansão de mercados considerados ilegais, mas que se constituem como empreendimentos paralelos perfeitamente conectados com a expansão sem fronteiras dos livres mercados capitalistas fortemente protegidos pela propriedade privada e pelo Estado.

No Brasil, o aparecimento do que foi produzido midiaticamente e registrado de múltiplas formas, inclusive no terreno acadêmico, como “cracolândias”, representa um tipo de expressão que designou os “territórios psicotrópicos”, parte referida da produção de estudos de etnografias urbanas sobre drogas. Podemos citar as

^v tradução e grifos nossos.

^{vi} Usamos aqui propositalmente o termo ideologia, pois se trata deliberadamente de um pressuposto doutrinário imposto através de uma razão de mercado e de poder.

pesquisas mais conhecidas de Bourguois¹⁶, nos Estados Unidos; Fernandes¹⁷ e Vasconcelos¹⁸, em Portugal e no Brasil, entre muitas publicações¹⁹⁻²⁷.

Os “territórios psicotrópicos” são, portanto, efeitos e construções inseridas no panorama das investidas de mercado e produção das subjetividades; neles, registram-se ações de assistência e de defesa de direitos, realizadas por movimentos e atores sociais, e a atividade de repressão, extremamente intensa e constante no caso dos territórios brasileiros. São nesses territórios que atualmente podemos registrar conexões entre ações de Redução de Danos e a construção de novas formas de subjetividades entre intervenções, direitos e usos.

Algumas etnografias apresentam a própria presença das ações de Redução de Danos, como também os registros de ações de Redução de Danos presentes no cotidiano do uso das drogas e que são desenvolvidas pelos próprios usuários. A tese de Taniele Rui²¹ tem grande parte de sua entrada em campo e registro a partir do acompanhamento de uma equipe de redutores na cidade de Campinas, estado de São Paulo; Selma Lima da Silva¹⁹, ao centrar sua etnografia nas mulheres que usavam *crack* e participavam do mercado sexual da região do bairro da Luz, em São Paulo, mostra como o controle do uso do *crack* era feito através de um regime de super alimentação – comer muito reduzia a intensidade do uso e era assimilado como um cuidado com o corpo; assim também como o distanciar-se dos territórios psicotrópicos. Essas ações de estratégia de redução de uso desenvolvidas pelos sujeitos também se constituíam em buscar momentos de afastamento dos locais de uso ou de perceber equipamentos dispostos no território da cidade que evocavam a vontade de usar mais as drogas¹⁸. Nesse sentido, também as políticas públicas, como as desenvolvidas na cidade de São Paulo, como o Programa de

Braços Abertos²⁸. Além disso, a Redução de Danos passou a ser adotada em muitos municípios na atenção básica em saúde²⁹.

Importante salientar que as questões contemporâneas nesse campo, que envolvem a presença de atores sociais em espaços quando não apenas discriminados, alvo de verdadeiras estratégias de guerra, demonstram cenas e embates que se inscrevem nas construções de subjetividades contemporâneas. Através de conflitos, resistências, linhas de fuga às mais variadas opressões que os sujeitos sofrem a partir de estruturas locais, nacionais e globais, resultado das forças de mercado e da disseminação e aplicação de princípios de uma ideologia neoliberal e de sua postura de medo e insegurança consignada em estratégias como a propagação de “pânico moral” consignados em políticas de governo e de Estado, empreende-se a cínica política de repressão e defesa de extermínio de determinados sujeitos da sociedade, estimulando por outro lado os empreendimentos de livre ação de mercados, inclusive os ilegais, chamados também de “paralelos” e que acabam por impor formas e produtos de consumo de psicoativos e incluir, no regime de mercado, as populações mais destituídas e marginalizadas. A presença de mercado também se coloca em relação ao considerado regime de tratamento dos diagnosticados como “dependentes químicos”, que por razões de mercado, também serão sujeitos tratados pelas drogas medicamente prescritas e também ligadas ao mercado. E, novamente, a história se desdobra na resistência e nas ações de poder em determinado momento reduzir/resistir/exterminar esse maior dano; por aqui, essas limitadas armas da utopia da cultura da reflexão.

Referências

1. Agamben G. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora da UFMG; 2002.
2. Eagleton T. A ideia de cultura. São Paulo: Editora da UNESP; 2011.
3. Taussig M. Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura. São Paulo: Editora Paz e Terra, São Paulo; 1993.
4. Velho G, Viveiros de Castro E., O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. *Artefatos Jorn. Cult.* 1978; 1(1):4-9. (on line). [acesso em 8 out 2020]. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/nsncec>
5. Geertz C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar; 1978.
6. MacRae E. Aspectos socioculturais do uso de drogas e políticas de redução de danos. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos; 2010. (on line). [acesso em: 23 set 2020]. Disponível em: http://sites.unifoa.edu.br/portal/plano_aula/arquivos/04848/Aspectos%20s%C3%B3cio-culturais%20Drogas.pdf
7. Becker H. Outsiders: études de sociologie de la déviance. Paris: Éditions A.M. Métailié; 1985.
8. Velho G. Nobres e anjos. um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora; 1998.
9. MacRae E, Fernandez ORL. Intervenções e pesquisas pioneiras em redução de danos. (Comunicação oral). Belo Horizonte: VI Congresso Internacional da ABRAMD; 2017.
10. Fernandez OFRL. A prática de injeções de drogas, o uso comunitário de seringas e a redução dos riscos ao HIV. In: Parker R, Bastos C, Galvão J, Pedrosa JS. A aids no Brasil: 1982-1992. Rio de Janeiro: ABIA, IMS/UERJ; 1994. pp.54-72.
11. Gregis C. Fissura da rua: corpo e ritual do uso de droga injetável entre meninos de rua. [Dissertação]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre; 2002.
12. Gregis C, Martini JG. Processo de competência cultural nos cuidados de enfermagem a usuários de drogas injetáveis no projeto de redução de danos de Porto Alegre - Brasil. *SMAD.* 2006; 2(1):art.4. (on line). [acesso em: 8 out 2020]. Disponível em: <http://www2.eerp.usp.br/resmad/artigos.asp>
13. Labate BC, Goulart SL, Fiore M., MacRae E, Carneiro H. (orgs.). Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA; 2008.
14. Harvey D. Breve historia del neoliberalismo. Madrid: Ediciones Akal; 2007. (on line). [acesso em: 8 out 2020]. Disponível em: <http://www.congressointernacional2017.abramd.org/programacao>
15. Biehl J, Good B, Kleinman A. (Ed.) Subjectivity: ethnographic investigations. Berkeley: University of California Press; 2007.
16. Bourgois P. In search of respect - selling crack in El Barrio. Cambridge: Cambridge University Press; 1995.
17. Fernandes L. Territórios psicotrópicos. In: Agra C. (ed.), Dizer a droga ouvir as drogas – estudos teóricos e empíricos para uma ciência do comportamento adictivo. Porto: Radicário; 1993, p.195-239.
18. Vasconcelos L. Heroína – Lisboa como território psicotrópico nos anos noventa. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; 2003.
19. Silva SL. Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de São Paulo. São Paulo; 2000.
20. Moreira EC. Uso do crack nas metrópoles modernas: observações preliminares sobre o fenômeno em Salvador, Bahia. In: Nery Filho A, Macrae E, Tavares LA, Rêgo M. (Orgs.), Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas. Salvador: EDUFBA; 2009:113-121.
21. Rui T. Nas tramas do crack: etnografia da abjeção. São Paulo: Editora Terceiro Nome; 2014.
22. Adorno RCF, Rui T, Lima da Silva S, Malvasi PA, Gomes BR, Godoi TC. (2013). Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano. *Saúde Transf. Social/Health. Soc. Change.* 2013; 4(2):04-13.
23. Raupp L, Adorno R. Uso de crack na cidade de São Paulo / Brasil. *Toxicodependências.* 2010; 16(2):29-37.
24. Raupp L, Adorno R. Territórios psicotrópicos na região central da cidade de Porto Alegre, RS, Brasil. *Saúd. Soc.* 2015; 24(3):803-815.
25. Malheiro LSB. Entre sacizeiro, usuário e patrão”: um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no Centro Histórico de Salvador. In: Tavares LA. Crack: contextos, padrões e propósitos de uso. Salvador: Editora UFBA, Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas; 2013:223-314.
26. Alves Y. A Cracolândia como “communitas” e o frade craqueiro. In: Ramminger T, Silva M. (orgs). Mais substâncias para o trabalho em saúde com usuários de drogas. Porto Alegre: Rede UNIDA; 2014.
27. Medeiros R. Entre as andanças e as travessias nas ruas da cidade. *Civitas.* 2019; 19(1):142-158.
28. Teixeira MB, Lacerda A, Ribeiro JM. Potencialidades e desafios de uma política pública intersetorial em drogas: o Programa “De Braços Abertos” de São Paulo, Brasil. *Physis Rev. Saúde Col.* 2018; 28(3):1-25. (on line). [acesso em: 8 out 2020]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v28n3/0103-7331-physis-28-03-e280306.pdf>
29. Martinez M. O consultório na rua e as novas formas de intervenção em cenários de uso de crack: o caso de São Bernardo do Campo In Martinez M, Feltran G. Novas faces da vida nas ruas. São Carlos: Editora da UFSCAR; 2016. pp.89-114.